

Governo não retira a emenda da Constituinte

BRASÍLIA — O Governo não pretende retirar do Congresso a emenda constitucional convocando eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, como admitiu o relator da Comissão Mista que examina a convocação, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). A informação dada ontem pelo Secretário de Imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, foi confirmada pelo Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, e pelo Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

Ulysses disse que o Presidente José Sarney não falou sobre o assunto nos vários contatos telefônicos mantidos com ele em Nova York e que, no encontro de hoje com o Presiden-

te, poderá conversar sobre o caso. Chiarelli acrescentou que "a convocação da Constituinte é um compromisso de Governo, o primeiro da Nova República".

O Senador do PFL condenou ainda a tese de convocação da Constituinte exclusiva, afirmando que isso leva ao risco do cooperativismo, "que é o primeiro passo para o fascismo".

Fonte credenciada do Palácio do Planalto antecipou que o Presidente Sarney não aceita a emenda do Deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) ampliando o alcance da anistia — reintegração de civis e militares às suas funções como se nunca tivessem sido afastados da ativa, com direito, inclusive, às promoções.

Reação de Aliança e Planalto leva Bierrenbach a desmentir declaração

BRASÍLIA — Um dia depois de acusar, em entrevista, a existência de "sinais concretos" de que o Governo poderia retirar do Congresso a emenda de convocação da Constituinte, a fim de que ela não fosse descaracterizada quando em votação, o relator Flávio Bierrenbach negou ontem, ao ser interpelado na Comissão pelo Deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), ter feito aquela declaração.

A atitude de Bierrenbach coincidiu com intensa reação do PMDB, do PFL e do Governo contra a previsão de retirada da emenda e com a interpretação de parlamentares integrantes da Comissão Mista de que o relator teria identificado sinais em favor da retirada da emenda nas conversas que manteve na tarde de ontem com assessores do Ministério do Exército, contrários à anistia para os militares punidos.

Os principais obstáculos à emenda Ueque, suscitados pelos militares, são a reintegração e o pagamento dos atrasados aos oficiais e praças punidos por legislação revolucionária ou atos derivados de motivação política. O próprio Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves, estaria empenhado no não acolhimento da emenda.

A maioria dos parlamentares julga inevitável a aprovação da anistia e o Líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, defende a tramitação da emenda em separado, com algu-

mas correções que a viabilizem, evitando que seja comprometida a convocação da Constituinte.

Uma das correções a proposta de Ueque pode ser a previsão de promoção na reserva a todos os punidos, em troca do pagamento dos salários atrasados. Isso equivaleria a um aumento salarial e acabaria com o problema apresentado pelas Forças Armadas para a reintegração dos cassados.

As modificações podem ser feitas através de um substitutivo a proposta de parlamentares que tratam da matéria, ou através do envio, pelo governo, de proposição nesse sentido.

Em Porto Alegre, o Deputado Flávio Bierrenbach declarou ontem que "poderá ser adotado um apêndice da emenda do Deputado Pedro Colin (PFL-SC), que propõe a eleição dos constituintes em setembro de 1986. "Embora evitando manifestar sua opinião pessoal, ele demonstrou grande simpatia pela eleição dos meses antes do pleito para Governadores, Vereadores e Deputados estaduais, dos delegados constituintes, Senadores e Deputados federais.

Segundo o relator, todos os eleitos em setembro possuiriam poderes constituintes. Finda a elaboração da nova Constituição, os delegados teriam finalizada sua missão e os Senadores e Deputados federais cumpririam normalmente seus mandatos.

Brossard sugere fórmula para leis ordinárias

BRASÍLIA — O Consultor-Geral da República, Paulo Brossard, manifestou-se ontem, perante a Comissão Mista que examina a convocação da Constituinte, favorável a que se dê ao próximo Congresso poderes constituintes, e propôs uma fórmula para resolver a questão da legislação ordinária durante a elaboração da Carta: que na fase constituinte seja reservada ao Executivo a iniciativa das leis, apenas no caso de assuntos importantíssimos e inadiáveis, e os projetos apreciados em regime excepcional pelo Congresso.

Segundo o Consultor, adotada tal proposta, os trabalhos da Constituinte não seriam prejudicados — "bastaria reservar um dia da semana para isso" —, e a Assembléia ficaria privada de tratar de milhares de projetos de leis "miúdos", de atender a "postulações de corredores". Brossard entende que o País tem tal quantidade de leis que não sofreria "grande traumatismo por falta de leis" durante seis meses, prazo calculado para a fase constituinte.

Uma outra sugestão de Brossard foi a de aplicação do princípio constitucional segundo o qual uma comissão do Congresso Nacional poderá elaborar lei delegada e o projeto ser remetido a sua votação — salvo se a maioria dos membros da comissão ou um quinto da Câmara ou do Senado requerer a sua votação em plenário.

O consultor fez a ressalva de falar na condição de cidadão, questionou os que afirmam que a Constituinte, se não for exclusiva, não será legítima. Segundo ele, isso não é verdade científica, prática e histórica. Os integrantes de uma Assembleia exclusiva teriam os mesmos defeitos, pecados e fraquezas dos membros de uma Constituinte Congressional. Não seriam homens melhores, impecáveis ou sem interesses, na opinião de Brossard.

Também falou ontem à Comissão Mista o representante da Confederação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), sindicalista Joaquim dos Santos Andrade. Ele defendeu a Constituinte Exclusiva, argumentando que esta é a única forma de se fazer uma Carta mais perfeita, já que os constituintes não terão com ela qualquer benefício, e um Congresso "poderia não ter tanta isenção". Mas se disse contrário às candidaturas avulsas.